



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ACT 4482/2022**

Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o  
**Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** e o  
**Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**, doravante denominado **TRT12**, estabelecido na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-905, inscrito no CNPJ sob o nº 02.482.005/0001-23, neste ato representado por seu Desembargador-Presidente, Exmo. Sr. **José Ernesto Manzi**, e o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**, doravante denominado **TRT8**, com sede na travessa D. Pedro I, nº 746, bairro Umarizal, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66050-100, inscrito no CNPJ sob o nº 01.547.343/0001-33, neste ato representado por sua Desembargadora-Presidente, Exma. Sra. **Graziela Leite Colares**, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, resolvem, de comum acordo, celebrar este **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alteração posteriores; nos arts. 6º, 7º e 26, da Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e considerando o disposto na Resolução CNJ nº 350, de 27 de outubro de 2020, e Resolução CNJ nº 363, de 12 de janeiro de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente acordo tem por objeto firmar parceria entre os acordantes para permitir que servidores(as) e magistrados(as) do TRT8 tenham acesso ao sistema VERITAS, solução desenvolvida pelo TRT12 para auxiliar na análise de provas digitais.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRT12**

Para execução do objeto deste acordo, o TRT 12 compromete-se a:

- I - disponibilizar aos(às) magistrados(as) e servidores(as) do TRT8 acesso à versão 3.0 e posteriores do sistema VERITAS, hospedado no TRT12;
- II - fornecer suporte técnico para a execução das atividades objeto do presente acordo;
- III - designar gestores(as) para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente acordo;
- IV - compartilhar o conhecimento e boas práticas de utilização do sistema aos(às) gestores(as) indicados(as) pelo TRT8.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO TRT8**

Para execução do objeto deste acordo, o TRT8 compromete-se a:

- I - enviar ao TRT12 relação de usuários(as) - magistrados(as) e servidores(as) do TRT8 - em leiaute a ser definido entre as áreas técnicas, contendo no mínimo nome, usuário(a) e e-mail, para uma configuração inicial que permitirá o acesso ao sistema;
- II - zelar pela adequada utilização do sistema;
- III - designar gestores(as) para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente acordo;
- IV - compartilhar o conhecimento e boas práticas de utilização do sistema aos(as) gestores(as) indicados(as) pelo TRT12;
- V - colaborar quanto ao bom funcionamento do sistema, propondo ao TRT12 correções e melhorias em suas funcionalidades, oferecendo mão de obra técnica para as implementações, desde que previamente aprovadas pelos Gestores Técnico e Negocial do TRT12;
- VI - utilizar as diretrizes de segurança da informação;
- VII - não gerar e não implantar em produção, versões regionalizadas;
- VIII - garantir o atendimento para seus (suas) usuários(as).

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este instrumento não implicará custos nem transferência de recursos entre as partes, inclusive o de indenizar, caso as ações nele previstas não sejam realizadas.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objetivo, mediante termo aditivo aprovado de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja previamente manifestado por escrito, por um dos partícipes.

**CLÁUSULA SEXTA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL**

É facultado às partes promover o distrato do presente acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou unilateralmente por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente acordo vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do TRT12 e mediante a anuência do TRT8, por meio de termos aditivos, obedecido o período admitido na legislação em vigor (art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93, conforme nova redação que lhe deu a Lei nº 9.648/98).





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e fiscalização no TRT8 serão exercidas, respectivamente, pelos servidores Herbet Pereira da Silva e Marcos Flávio Martins Ohashi, ambos lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação.

**Parágrafo Único.** Em conformidade com as disposições contidas no inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Portaria PRESI nº 163/20 e na Resolução CNJ 182/13, Capítulo I, Art. 2º, no TRT12 as atividades de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos serão executadas pela equipe indicada no Termo de Designação de Gestão e Fiscalização.

**CLÁUSULA NONA – DA LGPD**

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente convênio, o TRT8 realizar o tratamento de dados pessoais como operador ou controlador, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

**Parágrafo Único.** O princípio da legalidade impõe à Administração a obrigação de fundamentar todos os seus atos, contratos e condutas no ordenamento jurídico. Por decorrência lógica, o tratamento dos dados pessoais coletados pelo TRT12 no presente Acordo para viabilizar sua formalização está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Nesse sentido, observa a boa-fé e os princípios elencados no art. 6º, especialmente em relação à proteção dos dados e finalidades de sua utilização, o tratamento desses dados, prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III) e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PACTO DE CONFIDENCIALIDADE E DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

Os acordantes assumem o compromisso de guardar sigilo acerca dos dados e das informações que lhes forem disponibilizadas, sendo vedada sua cessão a terceiros ou qualquer forma de divulgação.

**Parágrafo Único.** A produção, o manuseio, a consulta, a transmissão, a manutenção e a guarda dos dados ou informações abrangidos por este acordo observarão medidas especiais de segurança, conforme Legislação Federal, quanto ao não repasse de informações sigilosas a terceiros.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

Este acordo de cooperação técnica rege-se pelas disposições expressas nas Leis nº 8.666/93 e nº 13.709/19, e/ou em outras que venham alterá-las ou substituí-las, pelos preceitos de direito público e pelas disposições de direito privado correlatas.

**Parágrafo Único.** Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas normas, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

O TRT12 providenciará a publicação deste termo de cooperação técnica no respectivo órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Acordo, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, firmou-se o presente acordo, o qual, depois de lido, é assinado digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

*Assinado digitalmente*  
**JOSÉ ERNESTO MANZI**  
Desembargador Presidente  
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

*Assinado digitalmente*  
**GRAZIELA LEITE COLARES**  
Desembargadora Presidente  
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

22ACT4482\_provas digitais\_VERITAS\_TRT8\_SB

ACT 4482/2022 - 4





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
 COORDENADORIA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO TRT8 nº 4174/2022

Página 1/2

**PLANO DE TRABALHO**

**1. ÓRGÃOS PARTICÍPES**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO (TRT8)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO (TRT12)

**2. JUSTIFICATIVA**

Elaboração do Plano de Trabalho, em atenção ao disposto no parágrafo 1º do art. 116 da Lei 8666/93 para subsidiar Acordo de Cooperação Técnica, demandado no bojo do despacho nº 4 do Processo nº 4174/2022, com o objetivo de estabelecer parceria entre os acordantes para permitir que servidores(as) e magistrados(as) do TRT8 tenham acesso ao sistema VERITAS, solução desenvolvida pelo TRT12 para auxiliar na análise de provas digitais.

**3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

O plano de trabalho está alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho da 8ª Região - PDTIC 2021-2022, regulamentado por meio da Portaria PRESI nº 459/2021 deste E. Tribunal, no que se relaciona ao objetivo estratégico de *promover a cooperação e integração com outras instituições para compartilhamento de soluções de TIC*, bem como às correlações deste objetivo estratégico com outros planos estratégicos expressos nos direcionadores do PDTIC TRT8.

**4. OBJETO (ART 116, § 1º, INC. I)**

Firmar parceria entre os acordantes para permitir que servidores(as) e magistrados(as) do TRT8 tenham acesso ao sistema VERITAS, solução desenvolvida pelo TRT12 para auxiliar na análise de provas digitais.

**5. METAS A SEREM ATINGIDAS (ART 116, § 1º, INC. II)**

Permitir que os partícipes atinjam as seguintes metas:

**META 1** - Acesso de magistrados(as) e servidores(as) do TRT8 à versão 3.0 e posteriores do sistema VERITAS, hospedado no TRT12.

**META 2** - Compartilhamento de conhecimento e boas práticas de utilização do sistema entre os(as) gestores(as) indicados(as) por ambos os partícipes.

**6. ETAPAS (ART 116, § 1º, INC. III)**

**Fase 1** - Adaptação do sistema para utilização por múltiplos tribunais.

- 1.1. Adaptação Tecnológica;
- 1.2. Ajuste de funcionalidades atuais, prevendo o isolamento de dados e uso do sistema por diversos tribunais;
- 1.3. Criação de perfis de usuários específicos e implementação de regras de negócio, de forma a permitir que cada tribunal possa prestar suporte para seus usuários internos, através dos usuários designados **Administrador de Domínio** e/ou **Administrador**;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
COORDENADORIA DE SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO TRT8 nº 4174/2022

Página 2/2

**Fase 2** - Implementação da integração do Veritas com o Webservice de cada uma das operadoras de telefonia. Será essa integração que permitirá o envio do ofício de solicitação de dados e o acompanhamento desta solicitação junto às operadoras. Será também através desta integração que serão recebidos os dados padronizados dos dados de registros telefônicos;

**Fase 3** - Disponibilização do sistema para uso pelo TRT8.

**7. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (ART 116, § 1º, INC. IV)**

1. Não se aplica.

Este plano não implica em desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, de transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (ART 116, § 1º, INC. V)**

1. Não se aplica.

**9. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DAS ETAPAS (ART 116, § 1º, INC. VI)**

Atividade	Responsável	Início	Fim
Adaptação do sistema para utilização por múltiplos tribunais	TRT12	05/10/2022	18/11/2022
Implementação da integração do Veritas com o Webservice de cada uma das operadoras	TRT12	19/11/2022	16/12/2022
Cadastramento do Administrador de Domínio do TRT8	TRT12	08/01/2023	08/01/2023
Cadastramento de administradores	Administrador de Domínio no TRT8	09/01/2023	09/01/2023
Cadastramento de usuários e departamentos do TRT8	Administradores do TRT8	10/01/2023	16/01/2023
Capacitação de usuários do TRT8	TRT12	17/01/2023	20/01/2023
Início da utilização do VERITAS pelos usuários do TRT8	TRT8	21/01/2023	21/01/2023

**10. CONTROLE DE VERSÃO**

Data	Versão	Descrição	Revisado por	Aprovado por
05/10/2022	1.0	Versão inicial	Herbet Pereira	Diego Valdez

